



— COALIZÃO —
mobilidade
triplo zero

Organizar a Sociedade Civil para regulamentar o direito à Mobilidade e garantir uma Mobilidade Urbana sem tarifa, emissões ou mortes no trânsito.

Chamado a todas, todes e todos ativistas, coletivos, movimentos sociais e organizações que discutem a mobilidade urbana justa, inclusiva, limpa, gratuita, segura e de qualidade no Brasil para compor uma Coalizão pela Mobilidade Triplo Zero: zero tarifa, zero emissões e zero mortes.

A área de mobilidade urbana foi especialmente afetada pela pandemia de COVID-19 em 2020 e 2021, com isso, o que já era uma crise estrutural se transformou, para muitas cidades, em colapso. Muitas soluções para o problema de financiamento do transporte coletivo já foram debatidas, poucas apresentadas, mas o “auxílio” para as empresas de ônibus que acabou por ser aprovado no Congresso Nacional, em tramitação relâmpago na chamada “PEC Kamikaze”, apenas reforçou a lógica perversa de financiamento do sistema por passageiros transportados, ameaçando inclusive direitos garantidos na Constituição, como a gratuidade para os idosos.

Após a eleição de 2022, a esperada retomada do debate coletivo sobre políticas públicas se concretizou. Com o retorno das atividades dos conselhos de direitos e outros espaços de discussão, teremos o enorme desafio de reconstruir políticas públicas em meio à crise econômica ampliada e consolidada pelo ideário de austeridade econômica, que fracassou. Apenas a contínua e ampla participação social por meio de uma agenda popular de políticas públicas pode dar fôlego às mudanças que serão necessárias. Este desafio é dobrado especialmente naquelas áreas nas quais mesmo os governos da esquerda não executaram políticas satisfatórias nas últimas décadas no tema da mobilidade urbana.

Na mobilidade estamos passando por um momento ímpar de articulação da sociedade civil. Os protestos de Junho de 2013, construídas a partir de décadas de mobilizações de organizações, como o Movimento Passe Livre, foi uma inflexão extremamente importante que fomentou a mobilização da sociedade civil em projetos como o MobCidades e a organização de dois encontros internacionais sobre a tarifa do transporte público coletivo, em 2019 em Niterói e Maricá, no Rio de Janeiro, e em 2022, em Belo Horizonte e Caeté, em Minas Gerais. Estes encontros am-



— COALIZÃO —
**mobilidade
triplo zero**

pliaram e impactaram a construção de alternativas populares, bem embasadas e com profundo debate sobre as soluções para a crise do setor. Seja a carta da Conferência Nacional pelo Direito à Cidade, a construção da proposta do Sistema Único de Mobilidade, o manifesto pela Mobilidade Sustentável nas Eleições, o projeto de lei do Passe Livre nas Eleições, entre outras análises e manifestações, há uma convergência de pautas da mobilidade ativa, transporte público coletivo e movimentos sociais diversos.

No âmbito da segurança viária, o Brasil passou pela primeira Década de Redução de Mortes no Trânsito (2010-2020) sem atingir a meta de reduzir pela metade as vítimas fatais. Neste momento, estamos na Segunda Década de Ação pela Segurança no Trânsito (2021-2030), que apresenta a mesma meta. Porém, mesmo se atingida, ainda morrerão mais de 15 mil pessoas anualmente, isso sem citar os milhares de pessoas incapacitadas e sequeladas e todo o impacto na saúde pública. Para combater essa pandemia de assassinatos no trânsito, é urgente que as velocidades sejam reduzidas e que o princípio da Visão Zero, em que nenhuma morte no trânsito é aceitável, já incorporada no Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS), sejam incorporadas nas políticas públicas, de forma a proteger a vida de pedestres, ciclistas, motoristas, passageiras e passageiros.

Este período de emergência propositiva acontece durante uma janela histórica para avanço das ações sobre mobilidade. Tanto por fatores nacionais como pela conjuntura internacional, a pauta está em evidência e tende a estar no palco das principais disputas do próximo tempo. Por isso acreditamos ser necessário um passo além na organização nacional da sociedade civil. É fundamental a criação de uma articulação nacional pela mobilidade, que regule o direito constitucional ao transporte, e alcance zero tarifa, zero emissões e zero mortes no trânsito.

Necessitamos de um espaço que fortaleça a representação do nosso setor frente a quem defende uma mobilidade mercadológica, ineficiente, cara, mortal e insegura, sem infraestrutura para pedestres e ciclistas, voltada ao automóvel individual e movida a alta emissão de carbono. Não se trata de uma organização que anule nossas diversidades, diferenças e contradições internas, mas sim um espaço de trocas, debates e ações que congregue nosso horizonte da mobilidade, rumo às conquistas que o próximo período nos reserva. Uma articulação que possibilite ampliar o diálogo com a sociedade e a pressão sobre governos federal, estaduais, distrital e locais e, fundamentalmente, ampliar a organização



— COALIZÃO —
**mobilidade
triplo zero**

da sociedade civil, incidindo nos espaços públicos de debates com uma pauta comum.

Entendemos a importância da Política Nacional de Mobilidade Urbana, de 2012, como primeira lei que buscou regular o tema, mas precisamos superar suas limitações e insuficiências geradas pela sua origem tecnocrática. A despeito das dificuldades que aparecerão no caminho, uma coalizão nacional voltada ao direito da mobilidade tem força de forjar um futuro positivo que crie alternativas à crise urbana que vivemos, fazendo da mobilidade urbana um poderoso instrumento de combate às desigualdades e às exclusões, entre elas as de gênero, raciais e de renda, reduzindo a pobreza e o número de mortes e sequelas provocadas pelo trânsito, melhorando também a saúde da população e combatendo emergência climática. Ou seja, o exato oposto do papel que cumpre hoje.

Apenas de maneira coletiva e organizada é possível fazer frente às crises climática e urbana em que vivemos e fazer retroceder a extrema-direita na sociedade. E só coletivamente é possível criar o futuro necessário para a atual e as próximas gerações.

Brasil, fevereiro de 2023.

Assinam esta carta:

Bigú, Casa Fluminense, Fundação Rosa Luxemburgo, IDEC, INESC, ITDP, Lúcio Gregori, Observatório da Mobilidade de Salvador, Observatório dos Trens do Rio de Janeiro, Movimento Passe Livre, Nossas, Movimento Nossa BH, Movimento Nossa Brasília, Tarifa Zero BH, União dos Ciclistas do Brasil.